

O aliado das cidades paulistas

Desde 1989, as zonas urbanas e rurais das cidades paulistas têm, no Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (Patem), do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o suporte técnico necessário para obtenção de respostas em questões ligadas ao uso e ocupação do solo, infraestrutura pública, recursos minerais e águas subterrâneas, resíduos sólidos e distritos industriais.

Executado pelo IPT, o serviço é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT). São avaliações, laudos, cartas geotécnicas e pareceres técnicos do Patem que auxiliam os municípios a formular políticas locais, mapear áreas de risco e definir medidas corretivas. O atendimento também inclui a capacitação de agentes públicos municipais para atuarem em conjunto com a Defesa Civil em situações emergenciais.

O objetivo é prevenir perdas humanas e materiais causadas por enchentes, incêndios, erosão, deslizamentos de terra em encostas, queda de árvores e avaliação de áreas contaminadas – aterros sanitários e locais expostos à ação de resíduos.

Outro caráter do serviço é inspecionar e avaliar as condições estruturais de obras de engenharia (pontes, viadutos, edificações), edificações ligadas ao patrimônio histórico (instalações e madeiramento) e identificar, planejar e orientar a gestão de recursos minerais em Arranjos Produtivos Locais (APLs). Nesse sentido, foi o serviço realizado pelo IPT em 2012 no polo cerâmico de Santa Gertrudes, o maior do continente americano.

No Patem, a maioria dos atendimentos é direcionada a três centros de tecnologia do IPT:

Serviços do IPT ajudam a prevenir acidentes, orientar questões de infraestrutura pública e avaliar riscos



Morro do Jabaquara (Santos): desde 2000, a cidade não registra acidentes com vítimas

Geoambientais, Obras de Infraestrutura e Recursos Florestais.

Como pedir o auxílio – Pesquisador responsável pelo Patem, o geólogo Luiz Carlos Tanno informa que o atendimento às prefeituras começa com uma solicitação formal do órgão municipal à SDECT. A secretaria repassa o pedido para o IPT orçar o trabalho e avaliar, por critérios técnicos, se aprova ou não a solicitação.

Para avaliar os pedidos, a SDECT adota como critérios o caráter emergencial, o apelo ambiental, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região, a condição financeira do município solicitante, a disponibilidade das equipes técnicas do IPT para aten-

der e o prazo de execução do trabalho. Em algumas situações, o Governo paulista pode financiar até 100% dos custos dos serviços. Em outras, a contrapartida do município é calculada levando em consideração o Índice de Participação dos Municípios (IPM), definido pela Secretaria Estadual da Fazenda.

“Os relatórios técnicos expedidos pelo IPT também são usados pelas prefeituras como documentos para conseguir financiamentos em entidades estaduais e federais, como o Ministério das Cidades”, destaca Tanno. Em 24 anos de serviços, o programa soma 992 solicitações e 580 atendimentos em 300 municípios. Em 2013, recebeu R\$ 2,8 milhões do Governo estadual para executar os trabalhos.

Rogério Mascia Silveira
Da Agência Imprensa Oficial

SERVIÇO

SDECT – www.desenvolvimento.sp.gov.br
IPT – www.ipt.br



Geólogo Tanno: atendimento sempre pronto



Geóloga Katia: banco de dados sobre riscos

De olho na encosta

Em Santos, em 2005, levantamento do IPT identificou 20 áreas com riscos de deslizamentos de terra nos morros e encostas da cidade. Em 2011, a prefeitura recontratou o serviço para reavaliá-las. Além dos pontos detectados, mais dois foram incorporados à lista de monitoramento ininterrupto da Defesa Civil e da administração municipal.

A geógrafa Katia Canil, do Laboratório de Risco Ambientais, conta que o mapeamento foi feito em conjunto com equipes da Defesa Civil e da Prefeitura de Santos. Nesse tipo de trabalho, as áreas são classificadas em quatro níveis, de acordo com o perigo potencial. O primeiro, denominado R1, significa risco baixo de escorregamentos; o segundo, R2, é de periculosidade média; e os dois últimos, R3, alto e R4, muito alto, são os de maior preocupação.

As informações apuradas também foram incorporadas aos bancos de dados municipais e integram o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) de 2012. Segundo o engenheiro Ernesto Tabuchi, coordenador local da Defesa Civil, desde 2000, não há acidentes nas encostas da cidade de 418 mil habitantes, dos quais 20 mil moram em áreas de risco.

“Esse trabalho é permanente e o apoio técnico do IPT tem sido fundamental”, destacou.



Lopes e Yojo: trabalho integrado em dois teatros de São Caetano do Sul

De olho no palco

A pedido da prefeitura de São Caetano do Sul, o Centro de Tecnologia de Recursos Florestais inspecionou, no ano passado, as estruturas de madeira de dois teatros da cidade: o Paulo Machado de Carvalho e o Timochenco Wehbi. De caráter preventivo, o atendimento multidisciplinar foi coordenado pelo biólogo Gonzalo Lopes e pelo engenheiro civil Takashi Yojo, ambos do Centro de Recursos Florestais.

O diagnóstico identificou a praga (fungo, cupim ou broca) que atacou

cada componente da estrutura. Também levou em conta as diferenças da deterioração dos vários tipos de madeira usados nas instalações. A partir dessas informações, calculou a resistência do forro, cadeiras, teto e palco à infestação. E sugeriu, em relatório para a Fundação das Artes de São Caetano do Sul, órgão da prefeitura local responsável pelos teatros, medidas de segurança corretivas ou de substituição dos itens.

Atendimentos do Patem em 2012

Município	Serviço
• Cravinhos	– Estudo para encerramento e recuperação de aterro sanitário
Novo Horizonte	– Capacitação técnica em reciclagem de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)
• Tatuí	– Diagnóstico e análise de risco de queda de árvores
Vargem Grande Paulista	– Levantamento das áreas de lavras ativas e áreas abandonadas decorrentes da extração de matéria-prima
• Iperó	– Levantamento dos recursos minerais e das atividades de mineração
• Indiana	– Avaliação do potencial mineral e da atividade de mineração
• Bom Jesus dos Perdões	– Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)
• Jundiá	– Avaliação de condições ambientais do bairro Caxambu
• Campo Limpo Paulista	– Inspeção e avaliação das condições estruturais de três obras de arte
• São Caetano do Sul	– Avaliação da sanidade biológica do madeiramento e análise estrutural de forros de madeira de dois teatros
• São Luiz do Paraitinga	– Reavaliação das áreas de risco no município
• São João da Boa Vista	– Avaliação de pavimentos executados em diversos bairros
• Itanhaém	– Revisão do plano diretor e da legislação de uso do solo
• Monte Alto	– Avaliação de áreas de risco
• Monteiro Lobato	– Análise dos processos de inundação na área urbana do município
• Cunha	– Avaliação de área de risco no bairro Alto do Cruzeiro